

Declaração de Belém para Compras Públicas Sustentáveis

Os representantes das instituições nacionais responsáveis por compras públicas e dos governos subnacionais abaixo assinados,

(Re)afirmando a Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 25 de setembro de 2015, intitulada “Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, e nosso compromisso comum de promover práticas de compras públicas sustentáveis, em conformidade com políticas e prioridades nacionais (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12.7),

Reconhecendo que as compras públicas sustentáveis (CPS) têm o poder de contribuir para a erradicação da pobreza, incluindo a pobreza extrema, de moldar mercados e de impulsionar soluções alinhadas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e ao Acordo de Paris nela adotado, bem como às Contribuições Nacionalmente Determinadas,

Reconhecendo que os gastos governamentais representam entre 13% e 20% do PIB (Banco Mundial, 2020) e geram aproximadamente 15% das emissões globais de gases de efeito estufa (Fórum Econômico Mundial, 2022), e que as compras públicas constituem um fator impulsionador de atividade econômica, inclusão social e impacto ambiental,

Encorajando governos a incorporar a sustentabilidade nas decisões de compra, para acelerar a transição para economias sustentáveis, promover inovação, resiliência e equidade, e assegurar a prestação de serviços públicos essenciais,

Comprometem-se a

- **Integrar** critérios de sustentabilidade em políticas e práticas de contratações públicas;
- **Ampliar** contratações públicas sustentáveis, incluindo progressivamente mais categorias de gastos governamentais e fomentando mercados locais para tecnologias emergentes, com ênfase em setores de alto impacto;
- **Promover** a participação social de forma inclusiva, assegurando que vozes, perspectivas e comunidades diversas estejam ativamente envolvidas na construção de soluções de sustentabilidade equitativas e efetivas;
- **Colaborar** entre países e jurisdições para compartilhar conhecimentos, ferramentas e experiências, a fim de fortalecer capacidades institucionais para promover a agenda de contratações públicas sustentáveis e monitorar seus impactos.

Apresentada em Belém do Pará, Brasil, na Trigésima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), e aberta para subseqüentes adesões de governos nacionais e subnacionais.